

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Beatriz Kauling Gatti

**Do Racismo Estrutural às Desigualdades Sociais: O Serviço Social na Luta
Antirracista**

Florianópolis
2024

Beatriz Kauling Gatti

**Do Racismo Estrutural às Desigualdades Sociais: O Serviço Social Na Luta
Antirracista**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Serviço Social

Orientador(a): Prof.(a) Maria Regina De Avila
Moreira, Dr.(a)

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Gatti, Beatriz Kauling
Do Racismo Estrutural às Desigualdades Sociais: : O
Serviço Social Na Luta Antirracista / Beatriz Kauling Gatti
; orientadora, Maria Regina De Avila, 2024.
55 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis,
2024.

Inclui referências.

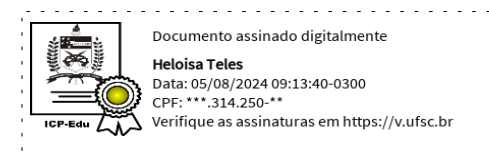
1. Serviço Social. 2. Racismo Estrutural E Determinações
Sócio-Históricas no Brasil. 3. As Consequências do Racismo
Estrutural e das Desigualdades . 4. Serviço Social na Luta
Antirracista. I. Avila, Maria Regina De. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III.
Título.

Beatriz Kauling Gatti

Do Racismo Estrutural Às Desigualdades Sociais: O Serviço Social Na Luta Antirracista

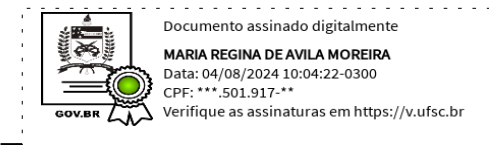
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel(a) e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social

Florianópolis, 01 de agosto de 2024.



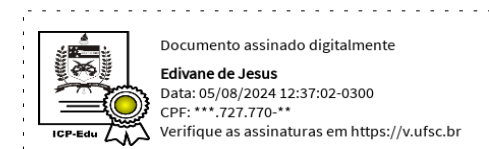
Coordenação do Curso

Banca examinadora



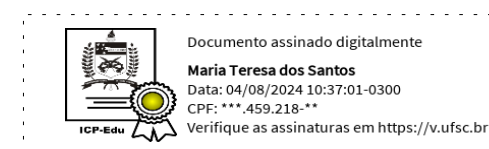
Prof.(a) Maria Regina De Avila Moreira, Dr.(a)

Orientador(a)



Prof.(a) Edivane de Jesus, Dr.(a)

UFSC



Prof.(a) Maria Teresa Dos Santos, Dr.(a)

UFSC

Florianópolis, 2024.

Dedico este trabalho a minha avó Célia Wolff Kauling que me apoiou e sonhou comigo a conclusão desse processo, mas que não pode me acompanhar nesse plano, sei que segues comigo por onde eu for.

AGRADECIMENTOS

Beatriz Kauling Gatti

Início estes agradecimentos à minha família, à minha mãe que desde sempre me encorajou e me apoiou quando não faltaram desafios e motivos para achar que os ambientes de ensino não eram para mim, lembro bem de quantas vezes você lutou por mim. Ao meu pai, por todos seus esforços e trabalho para que nunca me faltasse nada, ouço nas histórias da tua trajetória mais motivo para lutar pela classe trabalhadora. À minha irmã mais nova, por sempre me ouvir e estar presente. Ao meu irmão, não tenho como colocar em palavras o tanto que te agradeço sempre por não desistir de mim, por me inserir na cidade e me mostrar um outro mundo. Vocês sempre foram base e referência para mim. Agradeço também a todo restante da minha família pela compreensão por ter me ausentado tantas vezes por conta da militância e graduação, em especial, minha falecida avó Célia que entendia isso tão bem que afirmava que eu me fazia presente do meu jeito, espero que nunca tenha duvidado do quanto te amava e queria perto, ainda amo e ainda quero.

Não poderia deixar de agradecer também a minha amiga de longa data, Ana Laura, que me acompanha há mais de 10 anos e divide a casa e a rotina comigo há 1, exatamente o período de produção desse trabalho, agradeço pela paciência, escuta e colo de sempre, você foi crucial nesse momento.

Ao Afronte! e Resistência e todos os meus camaradas por mudarem e moldarem a minha trajetória na universidade. Aqui, agradeço especialmente Francisco Machado, Nicollas Souza, Vitor Santos, Tayna Machado e Pamela Martins por terem me segurado por aqui, eu devo muito a vocês. Às camaradas Victoria Borges e Fanny Spina pelas trocas de sempre e por me mostrarem que caminhar com fé é não caminhar sozinha. Ao núcleo CSE, obrigada por confiarem em mim e serem sempre tão presentes para me escutar e acolher, espero ter deixado sementes para reflexão e formação política e pessoal de cada um de vocês. Seguiremos juntos na luta!

Agradeço ao corpo de professores do Departamento de Serviço Social da UFSC, que por anos não arredam o pé da luta pela melhoria da nossa graduação e da universidade, seguiremos dividindo a luta pela valorização da nossa categoria profissional. Agradeço em especial minha orientadora Maria Regina De Avila Moreira, por ter aceito me guiar nesse processo e ter insistido em mim nas horas

mais dificultosas, agradeço pelas aulas de realidade social já no primeiro semestre, por termos dividido tantos espaços de luta, por ter participado do meu projeto de intervenção no estágio e por muito mais.

Por fim, agradeço aos meus Orixás que me guiaram por todo caminho sempre.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo desenvolver uma análise desde as bases racistas da formação sócio-histórica do nosso país até seus reflexos na contemporaneidade, além de trazer aspectos de fundamentos para o Serviço Social na luta antirracista. Para isso, a investigação se deu a partir de uma revisão bibliográfica de diversos autores que abordam o tema e foi dividido em três seções. A primeira seção se propõe a refletir desde a invasão dos colonizadores, passando pela industrialização e chegando aos dias atuais, buscando dentro desse resgate histórico, as bases para compreender as raízes do racismo estrutural. Na segunda seção, a partir de um levantamento de estatísticas que evidenciam as desigualdades sociais e econômicas entre a população preta e branca, é realizada uma análise das consequências do racismo estrutural. Por fim, a terceira seção trará a fundamentação para compreensão da trajetória do Serviço Social na luta antirracista com o foco em como essa categoria profissional tem enfrentado e refletido sobre os desafios relacionados à questão étnico-racial, em vista do impacto duradouro da herança escravista que ainda permeia a sociedade atual.

Palavras-chave: Formação sócio-histórica brasileira; Racismo estrutural; Serviço Social antirracista.

ABSTRACT

This Course Completion Work aims to develop an analysis from the racist bases of the socio-historical formation of our country to its reflections in contemporary times, in addition to bringing aspects of the foundations for Social Work in the anti-racist fight. For this, the investigation was based on a bibliographical review of several authors who address the topic and was divided into three sections. The first section proposes to reflect from the invasion of the colonizers, through industrialization and reaching the present day, seeking within this historical recovery, the bases for understanding the roots of structural racism. In the second section, based on a survey of statistics that highlight social and economic inequalities between the black and white populations, an analysis of the consequences of structural racism is carried out. Finally, the third section will provide the basis for understanding the trajectory of Social Work in the anti-racist fight with a focus on how this professional category has faced and reflected on the challenges related to ethnic-racial issues, in view of the lasting impact of the slavery heritage that still permeates today's society.

Keywords: Brazilian socio-historical formation; Structural racism; Anti-racist Social Service.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caderno 3 da série assistente social no combate ao preconceito.....47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gráfico do rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,50	31
Gráfico 2 - Gráfico de escolaridade entre pessoas pretas e brancas nas áreas urbanas e rurais.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PEPSS	Projeto Ético-Político do Serviço Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. RACISMO ESTRUTURAL E DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS NO BRASIL.....	19
2.1 Origem Histórica do Racismo no Brasil.....	19
2.2 Racismo Estrutural: Conceito e Características.....	20
2.3 Consequências Sócio-Históricas.....	21
2.4 Manifestações Contemporâneas do Racismo Estrutural.....	22
2.5 Resistência e Luta Contra o Racismo Estrutural.....	23
2.6 Políticas Públicas e Ações Afirmativas.....	24
2.7 Desafios e Perspectivas Futuras.....	25
3. AS CONSEQUÊNCIAS DO RACISMO ESTRUTURAL E DAS DESIGUALDADES.....	26
3.1 A Persistência do Racismo Estrutural No Brasil: Análise Dos Dados De Desigualdade Racial e os Mecanismos de Ocultação.....	26
4. O SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA.....	43
4.1 Contextualização sócio-histórica do processo de inserção do Serviço Social na questão étnico-racial.....	45
4.2 O Projeto Ético-Político do Serviço Social e diretrizes para atuação profissional.....	55
5.0 CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS.....	67

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca não apenas traçar a trajetória da formação sócio-histórica e como o racismo estrutural se reverbera nas desigualdades até hoje, como também se debruça em cima do Serviço Social na luta antirracista e os desafios da nossa categoria profissional nesse aspecto.

O interesse em estudar esse tema surgiu a partir da matéria de previdência social, ministrada pela professora, doutora Edivane de Jesus. Foi no decorrer dos encontros em sala de aula e de meus estudos à parte que comecei a questionar a forma como as políticas sociais estão dadas em território brasileiro. Fazendo um breve resumo da reflexão que me fez chegar à temática da pesquisa, após a abolição da escravidão (1888) a população preta se viu jogada às margens da sociedade em uma situação de vulnerabilidade maior do que a que se encontravam anteriormente, sem acesso a trabalho, comida, moradia e quaisquer direitos mínimos, foram forçados a desenvolver métodos de sobrevivência naquele período. Foi após a constituição de 1988, 100 anos depois da abolição, que a maior parte das seguridades foi garantida à sociedade, não só à população negra. Apesar disso, a população racializada seguiu sendo a mais marginalizada e com pouquíssimo acesso aos benefícios da seguridade social.

Nesse sentido, a resolução 1054/2023 do CFESS expõe “a necessidade de aprimorar a regulamentação da vedação de práticas e de condutas discriminatórias ou preconceituosas de raça, cor e etnia no âmbito do exercício profissional do/a assistente social (2023, p.9) além disso “(...) a direção ético-política do Serviço Social se opõe de forma intransigente à discriminação e ao preconceito e firma o compromisso com o combate radical ao racismo(...)” (2023, p.9). Assim, “Considerando que o combate ao racismo é uma exigência ética e política para a atuação profissional do/a assistente social” (2023, p.9).

Desse modo, é perceptível que a categoria profissional do Serviço Social, apesar de ter sua origem atrelada ao racismo e assistencialismo, atualmente se coloca radicalmente na luta antirracista.

Para a elaboração do trabalho, optou-se pela metodologia básica, onde me debrucei em cima dos estudos bibliográficos de grandes nomes da luta antirracista e do Serviço Social. Para Gil (1987, p.50)

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Para a sistematização do estudo, o trabalho de conclusão de curso foi dividido em três seções para melhor aprofundamento e compreensão do tema abordado.

A primeira seção apresenta uma análise dos fatores que moldaram a sociedade brasileira ao longo dos séculos. A complexidade desse processo é evidenciada pela interação de elementos econômicos, sociais e culturais, desde a chegada dos colonizadores em 1500 até os dias atuais.

Já na segunda seção, exploraremos as consequências do racismo estrutural na sociedade brasileira contemporânea, com foco particular nas desigualdades materiais que afetam as condições de vida de pessoas negras e brancas. Para isso, utilizaremos estatísticas que evidenciam essas disparidades e como elas se originam do racismo que está profundamente enraizado nas estruturas sociais e econômicas do país.

Essas crenças não apenas contribuem para a perpetuação da desigualdade, mas também naturalizam a subalternização das populações negras, ocultando as verdadeiras condições de vida e trabalho enfrentadas por essas comunidades. Ao longo deste capítulo, analisaremos como essas ideologias distorcem a realidade e impedem a implementação de soluções eficazes para enfrentar o racismo estrutural e suas consequências.

Em seguida, na terceira seção, abordaremos questões fundamentais para compreender a trajetória histórica do Serviço Social na luta contra o racismo e na promoção da igualdade étnico-racial. Analisaremos como a categoria tem enfrentado e refletido sobre os desafios relacionados à questão étnico-racial, considerando o impacto duradouro do legado escravista que ainda permeia a sociedade atual.

Por fim, a conclusão do trabalho busca apontar os pontos principais abordados em cada capítulo. Além disso, reflete acerca da necessidade de mudança na estruturada sociedade em que vivemos para superação dessa herança que segue impedindo a emancipação e ascensão social da população negra.

2 RACISMO ESTRUTURAL E DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS NO BRASIL

O racismo estrutural é um fenômeno complexo e profundamente enraizado nas sociedades ao redor do mundo, mas que no Brasil adquire características peculiares devido ao contexto sócio histórico do país. Para entender como o racismo estrutural se manifesta no Brasil, é essencial considerar a história da colonização, o sistema escravista que perdurou por mais de três séculos, e as subsequentes políticas de exclusão e marginalização que moldaram as relações raciais no país. O racismo estrutural refere-se a um conjunto de práticas, normas e atitudes que, incorporadas às instituições e políticas sociais, perpetuam a desigualdade racial, independentemente da intenção ou da consciência dos indivíduos envolvidos.

No Brasil, o racismo estrutural não se resume a atitudes preconceituosas de indivíduos, mas está presente nas estruturas econômicas, políticas e sociais, resultando em disparidades significativas entre brancos e negros em termos de acesso a oportunidades, riqueza, educação, saúde e segurança. A construção dessas desigualdades teve início no período colonial, quando a escravidão de africanos foi institucionalizada e legitimada, criando uma hierarquia racial que persiste até os dias atuais.

Este trabalho tem como objetivo analisar o racismo estrutural no Brasil, explorando suas raízes históricas e as formas como se manifesta na contemporaneidade. A partir da análise das determinações sócio-históricas, será possível compreender como as desigualdades raciais são mantidas e reproduzidas ao longo do tempo, apesar dos avanços legais e sociais conquistados. Através da leitura de autores como Florestan Fernandes e Silvio Almeida, que contribuíram significativamente para a compreensão do racismo no Brasil, este texto busca fornecer uma visão crítica das estruturas de poder que sustentam as desigualdades raciais no país.

A análise será dividida em seções que abordarão desde a origem histórica do racismo no Brasil, passando pelas características e consequências do racismo estrutural, até as manifestações contemporâneas desse fenômeno e as estratégias de resistência que têm sido empregadas para combatê-lo.

2.1 Origem Histórica do Racismo no Brasil

O racismo estrutural no Brasil tem raízes profundas que remontam ao período colonial, quando a escravidão de africanos foi institucionalizada e tornou-se a base da economia e das relações sociais. A colonização portuguesa estabeleceu um sistema de trabalho forçado que se sustentava na exploração dos povos indígenas e, posteriormente, dos africanos, trazidos em massa para trabalhar nas plantações de açúcar e, mais tarde, em outras atividades econômicas.

O sistema escravista não apenas perpetuou a exploração e a desumanização dos negros, mas também criou uma hierarquia racial que privilegiava os brancos, marginalizando as populações negras e indígenas. Essa hierarquia foi legitimada por teorias pseudocientíficas que afirmavam a inferioridade racial dos africanos, justificando assim sua subjugação. Conforme argumenta Florestan Fernandes, "a abolição da escravatura em 1888 não significou a inclusão do negro na sociedade brasileira como cidadão de plenos direitos, mas, ao contrário, deixou-o à margem do desenvolvimento econômico e social" (Fernandes, 1978, p. 56).

Com o fim da escravidão, as elites brasileiras optaram por políticas de embranquecimento, incentivando a imigração europeia e desvalorizando a mão de obra negra, que foi empurrada para a marginalidade. Essas políticas não apenas reforçaram as disparidades raciais, mas também consolidaram o racismo estrutural, que continua a impactar a vida da população negra no Brasil. De acordo com Schwarcz (2019), "o Brasil adotou um modelo de modernidade que excluía os negros, relegando-os às piores condições de vida e trabalho, perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão" (Schwarcz, 2019, p. 78).

Essas políticas de exclusão foram acompanhadas por uma ideologia de mestiçagem que, embora promovesse a miscigenação como um símbolo de harmonia racial, na verdade mascarava as profundas desigualdades raciais. Como observa Munanga (2004), "a ideologia da mestiçagem, ao mesmo tempo em que nega a existência de raças, invisibiliza o racismo, tornando difícil sua identificação e combate" (Munanga, 2004, p. 102). Essa invisibilidade do racismo é uma característica central do racismo estrutural no Brasil, que opera de forma sutil, mas eficaz, na manutenção das desigualdades raciais.

2.2 Racismo Estrutural: Conceito e Características

O racismo estrutural se distingue do racismo individual ou interpessoal, pois não se trata apenas de preconceitos ou discriminações isoladas, mas de uma organização social e política que sustenta e perpetua a desigualdade racial. Conforme explica Silvio Almeida, "o racismo estrutural é um sistema em que as instituições, leis, normas e

práticas sociais operam para criar e manter um status quo racialmente desigual, independentemente das intenções dos indivíduos" (Almeida, 2019, p. 23).

No Brasil, o racismo estrutural se manifesta em várias esferas da vida cotidiana, desde a educação até o mercado de trabalho, passando pelo sistema de justiça criminal e pela saúde. Por exemplo, as estatísticas mostram que negros têm menos acesso a uma educação de qualidade e são menos representados em posições de poder e prestígio. Na área da saúde, as disparidades também são gritantes: a mortalidade infantil e a taxa de mortalidade materna são significativamente mais altas entre as mulheres negras do que entre as brancas (Carvalho, 2005).

Além disso, o sistema de justiça criminal é uma das áreas em que o racismo estrutural se manifesta de forma mais evidente. Estudos indicam que jovens negros são muito mais propensos a serem presos e a sofrer violência policial do que jovens brancos, mesmo quando cometem os mesmos delitos. Como afirma Nascimento (1989), "a cor da pele, no Brasil, é um fator determinante na maneira como as pessoas são tratadas pelo sistema de justiça, resultando em uma criminalização massiva da população negra" (Nascimento, 1989, p. 47).

Outro aspecto do racismo estrutural é a sub-representação e a representação estereotipada de negros na mídia. Embora o Brasil tenha uma população majoritariamente negra ou parda, a mídia brasileira continua a privilegiar figuras brancas em posições de e contribui para a perpetuação do racismo na sociedade (Munanga, 2003). destaque, relegando personagens negros a papéis subalternos ou estereotipados. Essa representação reforça preconceitos

2.3 Consequências Sócio-Históricas

As consequências do racismo estrutural no Brasil são profundas e amplamente disseminadas em diversas áreas da vida social. A exclusão histórica da população negra, que começou no período colonial, resultou em um ciclo de pobreza e marginalização que persiste até hoje. As desigualdades raciais se manifestam em vários indicadores sociais, como renda, educação, saúde e segurança, evidenciando a perenidade das hierarquias raciais no país.

No mercado de trabalho, as disparidades salariais entre brancos e negros permanecem gritantes. De acordo com dados do IBGE, em 2019, os trabalhadores

negros recebiam, em média, cerca de 56% do salário de trabalhadores brancos, uma diferença que reflete as barreiras estruturais enfrentadas pela população negra para acessar as mesmas oportunidades que a população branca (IBGE, 2019).

Na educação, a desigualdade racial também é evidente. A taxa de analfabetismo entre negros é significativamente mais alta do que entre brancos, e a presença de estudantes negros em instituições de ensino superior é ainda limitada, apesar das políticas de ação afirmativa implementadas nas últimas décadas. Segundo Silvério (2002), "o sistema educacional brasileiro reflete e perpetua as desigualdades raciais ao não proporcionar as mesmas condições de acesso e sucesso para todos os grupos raciais" (Silvério, 2002, p. 134).

A saúde é outra área onde as consequências do racismo estrutural são visíveis. A população negra tem menos acesso a serviços de saúde de qualidade e apresenta indicadores de saúde piores em comparação com a população branca. Por exemplo, a mortalidade infantil entre crianças negras é significativamente maior, e as mulheres negras têm menos acesso a exames preventivos e tratamentos adequados, o que resulta em taxas mais altas de mortalidade materna (Santos, 2013). Esse cenário reflete uma desigualdade histórica e estrutural que impede o acesso igualitário aos serviços essenciais.

Além disso, as desigualdades raciais se manifestam de forma violenta no sistema de justiça. A população negra é a principal vítima da violência policial e das altas taxas de encarceramento. Dados do Atlas da Violência (2020) mostram que, em 2018, cerca de 75% das vítimas de homicídios no Brasil eram negras, uma evidência clara de como o racismo estrutural impacta diretamente a vida e a segurança da população negra (IPEA, 2020).

As consequências sócio-históricas do racismo estrutural no Brasil são, portanto, múltiplas e abrangem praticamente todas as esferas da vida. A perpetuação dessas desigualdades indica a necessidade de uma transformação estrutural profunda para que se possa avançar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

2.4 Manifestações Contemporâneas do Racismo Estrutural

O racismo estrutural no Brasil não é uma questão do passado, mas uma realidade contemporânea que continua a moldar as relações sociais e as oportunidades de vida de milhões de brasileiros. Uma das manifestações mais evidentes do racismo estrutural nos dias de hoje é a criminalização da população negra. A cor da pele é um fator determinante na maneira como as pessoas são tratadas pelo sistema de justiça, o que

se reflete nas altas taxas de encarceramento de jovens negros e na brutalidade policial dirigida contra essa população.

De acordo com Nascimento (1989), "a criminalização da população negra é uma estratégia de controle social que perpetua o racismo estrutural ao relegar os negros ao status de suspeitos naturais e alvos preferenciais da violência estatal" (Nascimento, 1989, p. 112). Esse fenômeno não é apenas uma questão de preconceito individual, mas está enraizado nas práticas institucionais e nas políticas de segurança que, historicamente, têm desumanizado a população negra.

Outra manifestação contemporânea do racismo estrutural é a sub-representação e a representação estereotipada de negros na mídia e na cultura popular. A indústria cultural brasileira, desde a televisão até o cinema e a publicidade, continua a privilegiar figuras brancas em posições de destaque, enquanto os negros são frequentemente retratados de maneira estereotipada ou em papéis subalternos. Essa representação distorcida reforça estigmas e limita as possibilidades de autoidentificação e empoderamento da população negra.

Conforme argumenta Munanga (2004), "a invisibilidade do negro na cultura popular brasileira é uma forma sutil, mas eficaz, de perpetuar o racismo estrutural, ao negar a visibilidade e a voz a uma parte significativa da população" (Munanga, 2004, p. 75). Isso contribui para a manutenção das desigualdades raciais, ao não reconhecer e valorizar as contribuições culturais e sociais dos negros na construção da identidade nacional.

Além disso, as políticas públicas frequentemente falham em atender às necessidades específicas da população negra, perpetuando as desigualdades raciais. A falta de representatividade nos espaços de poder e a ausência de políticas afirmativas eficazes são indicativos de como o racismo estrutural continua a moldar as oportunidades de vida e a participação social dos negros no Brasil.

2.5 Resistência e Luta Contra o Racismo Estrutural

Apesar da persistência do racismo estrutural, a resistência negra no Brasil tem sido uma constante ao longo da história. Desde as revoltas escravas e a luta pela abolição até os movimentos negros contemporâneos, a população negra tem se organizado para combater as desigualdades raciais e promover a justiça social.

O Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, é um exemplo significativo dessa resistência. O MNU tem lutado pela visibilidade das questões raciais e pela implementação de políticas públicas que promovam a igualdade racial. Conforme ressalta Hanchard (2001), "o Movimento Negro no Brasil tem desempenhado um papel

crucial na conscientização da sociedade sobre o racismo estrutural e na luta por direitos iguais para a população negra" (Hanchard, 2001, p. 23).

As políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais nas universidades públicas, representam um avanço importante na luta contra o racismo estrutural. Essas políticas têm permitido que mais jovens negros acessem o ensino superior, promovendo uma maior inclusão social de forma a tentar reparar as desigualdades educacionais resultantes do histórico racista do Brasil.

Além disso, a luta contra o racismo estrutural tem se expandido para as mídias digitais, onde ativistas negros utilizam as redes sociais para denunciar casos de racismo, mobilizar apoio e promover debates sobre a questão racial. A hashtag #VidasNegrasImportam, inspirada no movimento Black Lives Matter dos Estados Unidos, tem sido amplamente utilizada no Brasil para chamar a atenção para a violência contra a população negra e exigir justiça.

Embora tenham sido alcançados alguns avanços, como a criação de órgãos governamentais voltados para a promoção da igualdade racial e a implementação de políticas afirmativas, ainda há um longo caminho a percorrer para desmantelar o racismo estrutural no Brasil. A resistência e a luta contínuas são essenciais para pressionar por mudanças que levem a uma reestruturação social, pois sabemos que o racismo sendo um dos pilares da sociedade capitalista, o mesmo só será sanado, com a quebra desse sistema.

2.6 Políticas Públicas e Ações Afirmativas

As políticas públicas no Brasil, especialmente as ações afirmativas, têm desempenhado um papel crucial na tentativa de mitigar os efeitos do racismo estrutural e promover a inclusão social da população negra. As ações afirmativas, como as cotas raciais em universidades públicas e concursos públicos, visam reparar as desigualdades históricas e oferecer oportunidades para aqueles que foram historicamente marginalizados.

As cotas raciais, instituídas a partir da década de 2000, representaram um marco na luta contra o racismo estrutural. Elas permitiram que um número significativo de jovens negros e pardos acessasse o ensino superior, um espaço tradicionalmente dominado por brancos. Segundo os dados da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), em 2016, cerca de 37% das vagas nas universidades federais foram preenchidas por alunos negros e pardos (Duarte & Silva, 2018).

Essas políticas, no entanto, não são livres de controvérsias. Críticos argumentam que as cotas raciais perpetuam divisões raciais ao invés de promover a igualdade, enquanto os defensores apontam que elas são necessárias para nivelar o campo de jogo e proporcionar igualdade de oportunidades em uma sociedade profundamente desigual. Como salienta Jurema Werneck (2016), "as ações afirmativas são uma resposta concreta às desigualdades raciais estruturais e uma forma de reparação histórica" (Werneck, 2016, p. 45).

Além das cotas raciais, outras políticas públicas têm sido implementadas para enfrentar o racismo estrutural. Programas como o Programa Bolsa Família, embora não sejam especificamente voltados para a população negra, beneficiam de maneira desproporcional as famílias negras devido à sua situação de maior vulnerabilidade econômica. Essas políticas têm contribuído para a redução da pobreza e da desigualdade, mas ainda há desafios significativos a serem superados para garantir que os benefícios sejam distribuídos de maneira justa e eficaz.

No campo da saúde, políticas voltadas para a equidade racial também têm sido desenvolvidas, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, implementada em 2009. Essa política busca enfrentar as desigualdades na saúde, promovendo ações específicas para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população negra (Brasil, 2017).

2.7 Desafios e Perspectivas Futuras

Apesar dos avanços nas políticas públicas e ações afirmativas, o racismo estrutural continua a ser um desafio significativo no Brasil. As desigualdades raciais permanecem profundas, e a resistência às mudanças é forte em vários setores da sociedade. Um dos principais desafios é a implementação efetiva das políticas públicas destinadas a combater o racismo, pois muitas vezes essas políticas enfrentam obstáculos burocráticos e resistência política que limitam sua eficácia.

Além disso, o racismo estrutural no Brasil está intimamente ligado às desigualdades econômicas, e combater o racismo requer não apenas medidas específicas para a inclusão racial, mas também reformas mais amplas que abordem a distribuição desigual de renda e riqueza. Conforme observa Souza (2017), "enquanto as políticas econômicas não forem voltadas para a redução das desigualdades, o racismo estrutural continuará a prosperar, perpetuando a marginalização da população negra" (Souza, 2017, p. 112).

Outro desafio importante é a mudança das percepções sociais sobre a questão racial. Embora as ações afirmativas e outras políticas tenham avançado na inclusão da população negra, há uma necessidade urgente de transformar as narrativas culturais que perpetuam estereótipos raciais e reforçam o racismo estrutural. Isso inclui tanto a representação da população negra na mídia quanto a educação sobre a história e as contribuições dos afro-brasileiros para a sociedade.

Em termos de perspectivas futuras, é essencial que o Brasil continue a expandir e fortalecer as políticas públicas voltadas para a igualdade racial. Isso inclui não apenas a manutenção e a ampliação das ações afirmativas, mas também a criação de novas políticas que abordem as desigualdades raciais em áreas como habitação, emprego e justiça criminal. Além disso, é crucial que o movimento negro e outros grupos sociais continuem a pressionar por mudanças e a manter a questão racial na agenda pública.

A internacionalização das lutas antirracistas, inspirada por movimentos como o Black Lives Matter, também oferece novas oportunidades para a solidariedade global e o intercâmbio de estratégias eficazes na luta contra o racismo. Como sugere Hanchard (2020), "a conexão entre movimentos antirracistas em diferentes partes do mundo pode fortalecer as lutas locais e contribuir para a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária" (Hanchard, 2020, p. 98).

O racismo estrutural no Brasil é um fenômeno complexo e profundamente enraizado nas instituições e práticas sociais do país. Sua origem histórica remonta ao período colonial e à escravidão, que estabeleceram as bases de uma hierarquia racial que ainda persiste. Apesar dos avanços em termos de políticas públicas e ações afirmativas, as desigualdades raciais continuam a ser uma realidade diária para milhões de brasileiros.

As manifestações contemporâneas do racismo estrutural, desde a criminalização da população negra até a sub-representação na mídia, demonstram que há muito a ser feito para dismantelar as estruturas de poder que sustentam essas desigualdades. No entanto, a resistência e a luta constante das comunidades negras e de seus aliados têm sido fundamentais para pressionar por mudanças e para manter a questão racial no centro do debate público.

3. AS CONSEQUENCIAS DO RACISMO ESTRUTURAL E AS DESIGUALDADES

3.1 A Persistência Do Racismo Estrutural No Brasil: Análise Dos Dados De Desigualdade Racial E Os Mecanismos De Ocultação

Em uma sociedade onde os efeitos do período escravocrata ainda se fazem sentir na vida material da população negra, e onde o racismo evolui de formas explicitamente visíveis para manifestações mais sutis e naturalizadas, é fundamental examinar a ideologia predominante em comparação com a realidade concreta. Essa ideologia frequentemente mascara a ausência de verdadeira democracia no contexto da questão étnico-racial no Brasil. Dados estatísticos recentes (IPEA, 2019; IBGE, 2018; IBGE, 2019a; IBGE, 2019b; BRASIL, 2017) evidenciam claramente a persistência do racismo no cotidiano, demonstrando como ele ainda dificulta o acesso da população negra a direitos fundamentais.

Para isso, serão apresentados indicadores sociais que confirmam a marginalização da população negra na sociedade brasileira. Nesse contexto, é essencial evidenciar que o mito da democracia racial e a ideia de "meritocracia" estão desconectados da realidade concreta. O primeiro é uma concepção teórica que não encontra correspondência na realidade, enquanto a meritocracia age como um obstáculo para o enfrentamento do racismo e da discriminação racial. Apesar de que os negros e negras enfrentam maiores índices de analfabetismo, desemprego, baixos salários e são mais frequentemente vítimas de violência, a meritocracia tende a colocar sobre eles a responsabilidade pela situação em que se encontram e pelas chances de mudança dessa realidade.

Nesse contexto, perpetua-se a ideia errônea de que a mobilidade social é exclusivamente fruto do "esforço individual". Em outras palavras, se um indivíduo ou uma família enfrenta dificuldades para garantir sua subsistência, isso é frequentemente atribuído à sua falta de capacidade, dedicação ou estratégias, desconsiderando as condições estruturais e as relações de produção e reprodução social em vigor.

Nesse contexto, o mito da democracia racial foi utilizado para atender aos interesses da classe dominante, promovendo a ideia de que a população negra não enfrentava desvantagens sociais significativas e que quaisquer dificuldades eram apenas questões naturais ou temporárias. Assim, a integração da população negra na sociedade era vista como dependente do esforço individual. Além disso, isso ajudou a manter a lógica da antiga ordem social, onde brancos ocupavam posições privilegiadas enquanto a população negra era mantida em uma posição inferior.

Contudo, ao confrontar essas noções equivocadas, observamos que uma parcela significativa da população negra no Brasil está representada nos indicadores de pobreza e baixa renda. A desigualdade racial no país, originada do racismo estrutural, é confirmada por meio de pesquisas e censos disponíveis. Essa desigualdade se configura como uma questão social que resulta das contradições intrínsecas das relações sociais capitalistas, e não como uma questão de competência ou falta de esforço individual, como será detalhado a seguir.

Como discutido anteriormente, o racismo é uma componente fundamental e estruturante das relações sociais no Brasil, devido às suas raízes profundas no período escravocrata, configurando o fenômeno conhecido como racismo estrutural. Esse racismo estrutural se reflete em diversos indicadores sociais que evidenciam sua persistência ao longo da história brasileira. A desigualdade racial continua a ser um aspecto dominante na sociedade, manifestando-se nas disparidades persistentes nas condições de vida e trabalho entre pessoas negras e brancas. A realidade brasileira ainda é marcada por essas desigualdades, o que confirma que o racismo não é apenas um resquício do passado, mas uma força ativa que molda as oportunidades e as experiências de vida no presente.

Embora o Brasil seja um país que se declara democrático e almeja a igualdade entre seus cidadãos, o racismo estrutural continua a ser uma expressão flagrante da desigualdade racial, afetando diretamente as condições de vida e trabalho da população negra. A democracia deveria ser um sistema político que promove a expansão dos direitos conforme as necessidades da população, criando uma sociedade aberta a transformações necessárias.

No entanto, conforme Chauí (2008, p.69), em sociedades de classe, como a brasileira, a classe dominante age como representante da sociedade por meio do sistema eleitoral, buscando a manutenção da ordem existente. Isso resulta em uma sociedade hierarquizada, onde a distinção de classe, com um forte componente étnico-racial, regula as relações sociais do país, privilegiando pessoas brancas e impondo desvantagens às pessoas negras. Assim, as desigualdades persistentes no Brasil reforçam a ideia de que o país é caracterizado por um sistema hierárquico e autoritário, com desigualdades notáveis nas condições de reprodução social entre negros e brancos.

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ocorrida após o período da ditadura militar, marcou um momento crucial na redemocratização do país. Este documento representou um avanço significativo ao incorporar uma ampla gama de direitos sociais, políticos e culturais que haviam sido severamente restringidos durante o regime ditatorial. A Constituição de 1988,

frequentemente chamada de "Constituição Cidadã", emergiu como uma resposta direta às reivindicações da população brasileira, que havia lutado por maior liberdade e justiça durante os anos de opressão.

Durante o período da ditadura, as liberdades civis foram severamente limitadas, e muitos direitos fundamentais foram suprimidos. A nova Constituição visava corrigir essas injustiças, estabelecendo uma base legal para a proteção dos direitos humanos e a promoção da igualdade social. Além de restaurar e expandir os direitos que foram reprimidos, a Constituição também buscou garantir a participação popular no processo político e promover a inclusão social.

A elaboração e promulgação da Constituição de 1988 representaram, portanto, uma conquista democrática significativa para o Brasil. Ela simbolizou o início de uma nova era de governança democrática, em que as demandas da sociedade civil por uma maior proteção dos direitos individuais e coletivos foram finalmente reconhecidas e institucionalizadas. Este marco não apenas consolidou a redemocratização do país, mas também forneceu as bases para o fortalecimento das instituições democráticas e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Apesar de o Brasil se definir formalmente como uma democracia, a concretização desse conceito ocorre de maneira indireta. Isso se evidencia na persistência de questões sociais como desigualdade, extrema pobreza, racismo, LGBTfobia, patriarcado, conservadorismo das elites e opressões perpetuadas pelo próprio Estado brasileiro. Em vez de assegurar a proteção social das camadas mais vulneráveis, o Estado frequentemente mantém essas desigualdades para preservar a estrutura econômica existente.

Conforme relatado pelo IPEA (2019), em 2017 foram registradas 1.720 denúncias de violência contra pessoas LGBTI por meio do Disque 100, das quais 423 envolviam lesões corporais e 193 homicídios. Esses números alarmantes indicam que, além das denúncias formalmente registradas, muitos casos permanecem não reportados devido ao medo, vergonha, falta de conhecimento sobre os canais de denúncia e outros fatores. Isso ressalta a necessidade de não superestimar a Lei Suprema, nem subestimá-la, pois as conquistas nela consagradas resultaram de lutas intensas.

Além disso, a Constituição de 1988 marcou um avanço significativo na ampliação da democracia brasileira, especialmente com a introdução das eleições diretas, que permitiram uma maior participação popular nas decisões políticas e avanços no campo da previdência social. Este período representou uma expansão da frágil democracia do país, com a abertura para mais inclusão social, política e cultural.

A Constituição Federal do Brasil declara, em seu Art. 3º, como objetivos fundamentais:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV

- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988)

Apesar dos princípios estabelecidos, a realidade brasileira ainda não reflete uma igualdade social plena, especialmente quando analisada sob a perspectiva racial. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2019b), o gráfico a seguir mostra a porcentagem de pessoas que, em 2018, tinham um rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,50 em Paridade de Poder de Compra (PPC) por dia.



Fonte: IBGE, 2019b, p. 61.

Gráfico do rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,50

É importante destacar que a falta de renda suficiente para atender todas as necessidades básicas não afeta a população de forma homogênea. Certos grupos populacionais são mais suscetíveis a essa situação. Em 2018, 32,9% das pessoas identificadas como pardas ou pretas viviam abaixo da linha de pobreza, enquanto apenas 15,4% das pessoas brancas estavam nessa condição. Esses dados evidenciam que a inserção no mercado de trabalho não garante necessariamente a superação da pobreza, pois mesmo aqueles que têm um emprego podem enfrentar rendimentos domiciliares insuficientes.

Além disso, conforme dados do IBGE (2017), o número total de pessoas desempregadas no Brasil atingiu 13 milhões, dos quais 8,3 milhões eram negras, representando cerca de 64% do total. Também foi constatado que o mercado de trabalho

formal era predominantemente ocupado por pessoas brancas, que compunham 68,8% desse segmento, enquanto a população negra representava 54,6%. Essa desigualdade evidencia que a população negra enfrenta uma maior vulnerabilidade a salários mais baixos.

Nesse contexto, observa-se o impacto das contradições do sistema capitalista, onde o acúmulo de riqueza prevalece em detrimento de sua distribuição equitativa, resultando na concentração de renda e, conseqüentemente, na desigualdade social. Além disso, certos grupos, como a população negra, são desproporcionalmente afetados por essa dinâmica capitalista. Essa realidade reflete também os efeitos do racismo estrutural, que perpetuou e naturalizou as discrepâncias sistemáticas que afetam principalmente homens e mulheres negras no país. Seja durante o início da era do trabalho livre, seja na sociedade contemporânea com suas formas avançadas de produção e reprodução capitalista, essas desigualdades permanecem evidentes.

Embora a Constituição idealize uma sociedade justa e igualitária, sua plena realização é impedida pelas condições objetivas geradas pelas contradições intrínsecas do sistema capitalista. Dessa forma, a Lei oferece um horizonte para a sociedade desejada, mas a realidade concreta, marcada por essas contradições, apresenta barreiras para a efetiva concretização desse ideal.

Conforme observa Carvalho (2005, p. 207), as maiores dificuldades na esfera social estão relacionadas à persistência das profundas desigualdades que têm marcado o país desde sua independência. A sociedade brasileira continua a ser marcada pela concentração de renda, resultado do acesso desigual à riqueza gerada socialmente.

A desigualdade social se reflete de maneira significativa no mercado de trabalho, afetando de forma desproporcional a população negra. Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2019b), entre os trabalhadores ocupados, 53,7% são negros, enquanto 45,2% são brancos. Apesar dessa diferença de 8,5%, observou-se que negros e pardos estão predominantemente empregados em setores com menor remuneração, como agropecuária (60,8%), construção (62,6%) e serviços domésticos (65,1%). Além disso, cargos gerenciais são ocupados por 68,6% de pessoas brancas, enquanto apenas 29,9% desses cargos são preenchidos por negros.

Isso indica que a população negra ainda ocupa predominantemente posições subalternas, resultando em remunerações inferiores em comparação com os brancos. Essa situação reflete a dinâmica da acumulação de capital que, associada ao racismo, perpetua a subalternidade dos negros. Suas condições de trabalho são exploradas e o acesso a direitos fundamentais, como a educação, é dificultado, com o objetivo de preservar a estrutura social existente. Nesse cenário, os brancos são vistos como o padrão de intelectualidade e sucesso econômico, enquanto aos negros é atribuída uma

posição de "inferioridade".

Como discutido anteriormente, a presença de grandes propriedades e a concentração de renda são características marcantes da estrutura social do Brasil. Desde o período colonial, o objetivo era maximizar a extração dos recursos produzidos no país, utilizando a escravidão e, posteriormente, a expansão do trabalho livre para alcançar esse fim. Assim, a economia brasileira nunca experimentou uma transformação profunda, continuando a seguir a lógica da concentração de renda. Essa estrutura foi constantemente ajustada para atender às demandas do sistema capitalista, sem romper com as desigualdades históricas que perpetuam a disparidade social.

Como ressalta Carvalho (2005, p. 208), "a extrema desigualdade que concentra a riqueza nacional nas mãos de poucos leva a níveis alarmantes de pobreza e miséria." Esse cenário gera um ambiente social no qual, particularmente, a população negra se encontra nos níveis mais baixos de bem-estar. Isso ocorre porque essa parcela da população enfrenta de forma mais aguda as desigualdades resultantes do sistema capitalista e do racismo presente nas relações sociais do país.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu relatório de 2019, a taxa de analfabetismo é significativamente mais alta entre a população negra comparada a outros grupos demográficos no Brasil. Esse dado é um reflexo direto das profundas desigualdades sociais e econômicas que afetam essa população, perpetuadas por séculos de marginalização e discriminação racial.

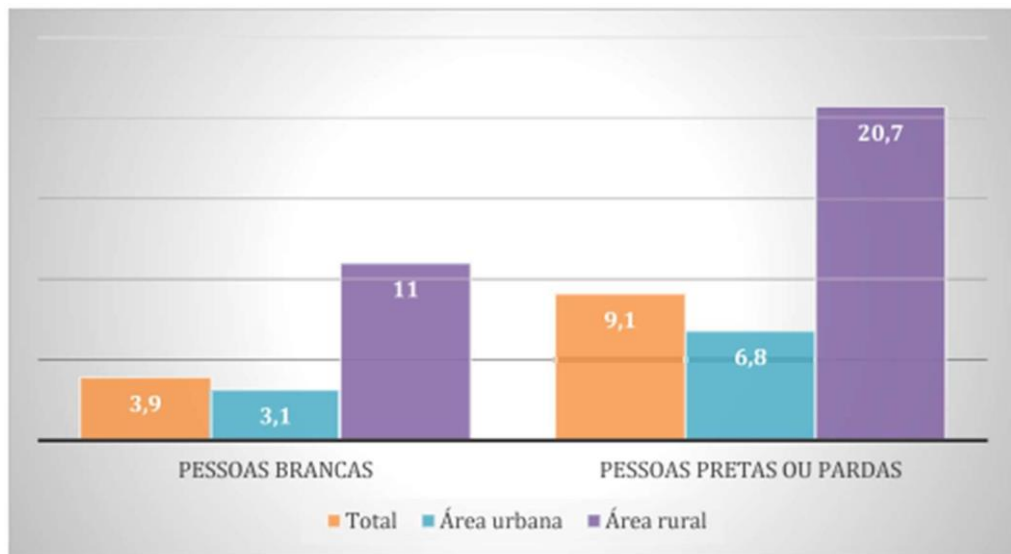
A análise detalhada revela que, dentro da população negra, os níveis de analfabetismo são particularmente elevados entre aqueles que residem em áreas rurais. Este fenômeno é intensificado por uma série de fatores estruturais e históricos que afetam desproporcionalmente as comunidades negras, especialmente as que estão localizadas fora dos centros urbanos. A desigualdade no acesso à educação é uma das principais razões para essa discrepância.

Em muitas regiões rurais, as condições socioeconômicas adversas contribuem para a perpetuação da baixa escolaridade entre a população negra. As comunidades rurais enfrentam desafios significativos, como a falta de infraestrutura educacional adequada, a escassez de recursos e a dificuldade de acesso a escolas de qualidade. Além disso, a persistência de desigualdades econômicas e sociais em áreas rurais frequentemente resulta em um ciclo de pobreza que dificulta o acesso a oportunidades educacionais e limita as perspectivas de melhoria social.

A combinação desses fatores cria um cenário onde o analfabetismo não é apenas um problema educacional, mas também um reflexo das barreiras estruturais que impedem o progresso econômico e social da população negra em áreas rurais. A falta de educação adequada limita as oportunidades de emprego e de ascensão social,

perpetuando a exclusão econômica e social.

Além disso, o analfabetismo e a baixa escolaridade contribuem para a manutenção de um ciclo de desvantagem intergeracional, onde a falta de acesso à educação de qualidade é transmitida de uma geração para a outra. Isso não apenas afeta a qualidade de vida dos indivíduos, mas também tem implicações para o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais como um todo.



Fonte: IBGE, 2019a, Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil

Gráfico de escolaridade entre pessoas pretas e brancas nas áreas urbanas e rurais

Segundo os dados apresentados, apesar de a taxa de analfabetismo entre a população negra ter diminuído em 0,7% de 2016 para 2018, a proporção de indivíduos com 25 anos ou mais que completaram o ensino médio aumentou de 37,3% para 40,3%. Embora essa melhoria seja um avanço no setor educacional do país, os indicadores ainda evidenciam a persistência da desigualdade racial. O gráfico mostra que a diferença na taxa de analfabetismo entre brancos e negros era de 5,2% (IBGE, 2019a).

Diante dessa situação, observa-se que os indicadores sociais e econômicos da população negra no Brasil revelam desvantagens significativas, refletindo as consequências históricas do sistema escravocrata. Apesar de terem se passados mais de 130 anos desde a abolição da escravidão, os negros e negras ainda enfrentam dificuldades para alcançar boas condições de vida e trabalho. Sua posição na sociedade continua a ser afetada pela falta de oportunidades dignas no mercado de trabalho, resultado da herança do trabalho livre, e não pela falta de esforço individual.

Como observado, a integração social precária e subalterna dos negros após o período de escravização ocorreu em um contexto de completa desproteção, resultando em condições de pobreza, desemprego e acesso limitado à educação. Esses problemas

persistem na sociedade brasileira devido ao racismo estrutural.

A Constituição Federal de 1988 procurou promover uma sociedade verdadeiramente pluralista e igualitária ao definir o racismo como um crime inafiançável e imprescritível. No entanto, é evidente que ainda há um longo caminho a percorrer para erradicar as diversas formas de preconceito e discriminação, não apenas nas ações individuais, mas também na própria dinâmica social, especialmente no que diz respeito ao racismo étnico-racial, que é o foco desta discussão.

A complexidade do racismo no Brasil contribui para essa dificuldade. As práticas racistas não se manifestam apenas em ações individuais, mas também estão presentes nas estruturas sociais e institucionais que estabelecem padrões discriminatórios contra os negros. Assim, o racismo se infiltra nas relações sociais do país, complicando a identificação e qualificação dos crimes de racismo. Além disso, o racismo velado, que assume formas sutis e dissimuladas, muitas vezes é desconsiderado como um ato de racismo, tornando-se comum a sua invalidação. Essa naturalização do racismo muitas vezes impede o reconhecimento e a compreensão das manifestações mais sutis da discriminação racial.

Para que se alcance a verdadeira igualdade além da mera formalidade em nossa sociedade, será necessário promover transformações concretas que superem conceitos e ideias, como o mito da democracia racial, que frequentemente mascaram a desigualdade racial no Brasil. De acordo com Fernandes (2008, p. 309), esse mito começou a se formar gradualmente com a implementação de medidas que, de alguma forma, sugeriam uma ideia de liberdade ou igualdade, como foi o caso da Lei Áurea. O autor argumenta que "[...] tal mito não teria sentido em uma sociedade baseada na escravidão e no sistema senhorial."

Assim, o mito da democracia racial no Brasil criou uma visão distorcida da realidade nacional, conforme Fernandes (2008), que identifica cinco aspectos principais dessa distorção: a crença de que a população negra não enfrentava problemas significativos; a noção de que não havia distinções entre negros e brancos; a ilusão de que negros e brancos tiveram igual acesso às oportunidades econômicas; a ideia de que a população negra estava satisfeita com suas condições de vida durante o desenvolvimento e expansão industrial do país; e a convicção de que a desigualdade racial nunca existiu ou não viria a existir no Brasil.

Além disso, a influência da meritocracia é evidente. A disseminação da ideia de que todos tinham as mesmas oportunidades e de que a população negra estava confortável com suas condições de subalternidade e pobreza sugere que a dinâmica social não teria qualquer relação com a exploração intensa que afetava predominantemente os negros.

Nesse contexto, Almeida (2018, p. 63, grifos do autor) explora como a combinação da meritocracia com o racismo concebe a desigualdade racial como um fenômeno de natureza individual, e não como uma questão sociohistórica. Dessa forma, a interação entre o racismo histórico e a meritocracia contribui para a interpretação da desigualdade racial, manifestada em formas de pobreza, desemprego e privação material, como resultado da falta de mérito dos indivíduos.

Madeira e Medeiros (2018, p. 216) afirmam que:

O Brasil atual prossegue com as ideais e práticas racistas, apropriadas e funcionais à reprodução do sistema capitalista, com seus traços gritantes de desigualdade de classes, que afetam majoritariamente e profundamente homens negros e mulheres negras. Para muitos/as, o racismo aqui é leve, pois não vigorou o apartheid.

Neste trecho, evidencia-se que o Brasil ainda não superou as consequências duradouras da escravização, uma vez que o racismo permanece estruturalmente arraigado na sociedade brasileira. Observa-se que o status social da população negra é moldado pela prevalência de privilégios para os brancos e pelas desvantagens impostas às pessoas negras pela dinâmica social.

Portanto, o racismo estrutural no Brasil transcende práticas individuais ou isoladas e está integrado nas relações sociais, refletindo desigualdades persistentes entre negros e brancos nos âmbitos da estrutura e da superestrutura social, estabelecendo-se como uma norma (Madeira, Medeiros, 2018).

Logo, além de medidas que coíbam individual e institucionalmente, torna-se imperativo pensar sobre mudanças profundas nesta sociabilidade, alinhadas à reivindicação ampla de superação do capital e de outras opressões, como a de gênero. (Madeira, Medeiros, 2018, p. 217)

Quando se considera o fator de gênero, as mulheres negras ocupam uma posição ainda mais inferior na pirâmide social, situando-se abaixo até mesmo dos homens negros. Elas enfrentam de maneira mais acentuada os efeitos da exploração capitalista. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2018, as mulheres negras têm rendimentos do trabalho inferiores tanto aos de homens e mulheres brancos quanto aos de homens negros (IBGE, 2018).

Além disso, a presença feminina em cargos de liderança política é significativamente menor em comparação aos homens. Dados do IBGE indicam que, em 2017, as mulheres representavam apenas 11,3% do Congresso Nacional. No Senado Federal, a participação feminina era de apenas 16%, enquanto na Câmara dos Deputados, apenas 10,5% dos cargos eram ocupados por deputadas federais. A pesquisa também revelou que, durante o período do levantamento, nos estados da Paraíba, Sergipe e Mato Grosso, não havia nenhuma mulher exercendo o cargo de

deputada federal (IBGE, 2018).

A população negra no Brasil enfrenta uma situação de subalternização profunda e sofre diariamente com a violação de seus direitos. O sistema penitenciário do país é predominantemente composto por indivíduos negros, que vivem em condições extremamente precárias devido à infraestrutura inadequada e ao alto índice de violência. Esse cenário reflete a criminalização da pobreza, que afeta desproporcionalmente a população negra. Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios eram negras, e entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios entre negros aumentou em 33,1%, enquanto o crescimento entre brancos foi de apenas 3,3% (IPEA, 2019).

Adicionalmente, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (BRASIL, 2017) revela que o sistema carcerário brasileiro possui uma grande representação da população negra. Em junho de 2017, o total de pessoas privadas de liberdade no Brasil era de 726.354. O perfil da população prisional apresentado pelo INFOPEN (BRASIL, 2017) indica que 46,2% dos detentos se identificam como pardos, 35,4% como brancos e 17,3% como negros.

Para compreender o sistema penitenciário brasileiro, é crucial considerar vários aspectos relevantes. A estrutura do sistema é orientada por legislações como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Execução Penal nº 7.210/1984, que visam assegurar os Direitos Humanos, incluindo o direito à saúde para a população encarcerada. No entanto, muitas unidades prisionais não possuem a infraestrutura necessária para fornecer esses serviços adequadamente, exigindo que os detentos sejam transferidos para unidades de saúde pública para receber atendimento (BRASIL, 2017).

Além disso, há relatos frequentes de violência dentro das unidades prisionais, o que pode resultar em mortes. No primeiro semestre de 2017, foi observado que a segunda principal causa de óbitos entre os 10 mil detentos foi por causas criminais, com uma taxa de 4,8, enquanto a taxa de óbitos por causas naturais foi de 8,4. Esses dados refletem a alta vulnerabilidade social da maioria da população negra no Brasil, que está inserida em um contexto socioeconômico extremamente precário (BRASIL, 2017).

Até este ponto, é claro que homens e mulheres negras no Brasil enfrentam diariamente dificuldades significativas para acessar direitos básicos. Eles lidam com elevados índices de mortalidade, remuneração baixa e acesso limitado à educação. Além disso, são estigmatizados com características negativas como preguiça, violência e inferioridade, em uma sociedade marcada pelo racismo e guiada pelo princípio da meritocracia.

Assim, a sociedade brasileira está imersa em um contexto social e histórico que perpetuou desigualdades sistemáticas desde a formação do país. Paralelamente, a

estrutura social brasileira também reflete desigualdades étnico-raciais, resultando na inserção precária e subalterna da população negra. Até o presente momento, não há sinais de que a situação permitirá uma quebra significativa na concessão de privilégios aos brancos e na imposição de desvantagens aos negros.

Não se pode confiar em uma ideologia que afirma que qualquer indivíduo pode alcançar qualquer objetivo apenas com esforço pessoal, especialmente quando a dinâmica social e histórica da sociedade tem sido discriminatória para grupos específicos, como a população negra. Os dados discutidos demonstram que, em uma estrutura social com desigualdades no acesso à educação e na ocupação de cargos, o esforço individual não é suficiente para superar essas condições materiais adversas. Os privilégios sociais e econômicos historicamente foram concedidos principalmente aos brancos, perpetuando a discriminação racial contra negros/as sob a justificativa da meritocracia.

A realidade das relações raciais no Brasil inclui formas de discriminação que sustentam os privilégios da classe dominante. Assim, o racismo estrutural no país atua como um fator que restringe a mobilidade social da população negra e perpetua o ciclo de pobreza e criminalização desse grupo. Para alcançar a sociedade justa e igualitária que a legislação brasileira almeja, é essencial superar a estrutura de produção atual e estabelecer novas bases de sociabilidade que não sejam mediadas pela desigualdade ou que desconsiderem práticas racistas. Além disso, é crucial romper com a dependência econômica externa, um legado histórico que contribuiu para a acumulação de riquezas nas economias centrais, gerando crises e acentuando as desigualdades.

4. O SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA

Para uma análise mais aprofundada, é crucial introduzir categorias analíticas que esclareçam como o silenciamento da questão étnico-racial se tornou uma característica proeminente na produção de conhecimento e na literatura da área. Será necessário investigar, por exemplo, como as estruturas de produção herdadas do período escravista moldaram concepções contemporâneas do racismo, perpetuando uma estrutura que sustenta a exploração da população negra.

Nesse contexto, refletir sobre a questão étnico-racial no Serviço Social a partir de uma perspectiva marxista exige a consideração de algumas categorias fundamentais para uma compreensão mais ampla. Isso implica que o pesquisador deve se empenhar em destacar como o modo de produção capitalista influencia as relações sociais. Assim, compreender a questão étnico-racial também demanda uma análise da categoria trabalho no Serviço Social, que expressa “[...] a condição de existência do homem” (MARX, 1979, p. 16). Por consequência disso:

[...] o trabalho é visto como uma condição para existência social, isso porque as relações sociais estão ontologicamente vinculadas às forças produtivas. Assim, a mudança dos meios de trabalho altera também as relações entre os homens, pois por essa dimensão há uma transformação nas condições sociais em que a produção se processa. Em verdade, o trabalho é o próprio criador do homem, uma vez que potencializa a capacidade produtiva e constrói base para as relações sociais (Marx 1979, p. 17).

Com base nisso, as relações de trabalho, que também são moldadas pela questão racial, podem ser compreendidas como um mecanismo historicamente articulado para a opressão e submissão de certos grupos étnicos. Essa determinação do papel dos negros na sociedade de classes define as condições em que suas atividades são realizadas dentro do processo de acumulação e apropriação dos meios de produção pelos seus exploradores (Ianni, 1966).

Como discutido, as contribuições abordadas nesta pesquisa estão profundamente ligadas à teoria social crítica, ou ao marxismo, incluindo tanto as ideias de Marx quanto as de outros autores que o seguiram. Todas as perspectivas apresentadas são fundamentadas no materialismo histórico-dialético, começando pela análise da questão étnico-racial em relação à categoria de trabalho. O Serviço Social, tanto no Brasil quanto na América Latina, adota uma postura crítica em relação ao modo de produção capitalista. Além disso, a teoria marxista oferece valiosas contribuições para o estudo das questões raciais, dentre as quais destacam-se:

[...] a primeira é a visão holística do funcionamento da economia, ou seja, considera que há uma determinação social, e não individual, dos fenômenos

econômicos. Enquanto que na concepção neoclássica o indivíduo precede a sociedade, na teoria marxista a sociedade precede o indivíduo. A segunda característica é o aspecto multidisciplinar de sua análise, levando em conta a história, a política, e as instituições, ao contrário da visão economicista que sobressai na análise neoclássica da discriminação. A terceira é a constatação de que o desenvolvimento das forças de mercado tende a reforçar as contradições que caracterizam o sistema capitalista, os quais os neoclássicos atribuem a fenômenos exógenos e classificam de “imperfeições de mercado” (Chadarevian, 2006, p. 03).

Além dos aspectos anteriormente discutidos sobre as contribuições da teoria marxista para o debate racial, é importante considerar as condições materiais que permitiram a construção de políticas antirracistas no século XX. Estas condições foram moldadas pelas problematizações feitas por autores clássicos do marxismo contemporâneo, que levantaram questões essenciais sobre o papel da luta antirracista e os espaços de diálogo sobre a questão racial (Chadarevian, 2006).

Embora o século XX tenha visto numerosos avanços, o século XIX também foi um período importante para estabelecer as bases das discussões sobre a questão étnico-racial. Um marco significativo foi os primeiros congressos da Internacional Comunista, que colocaram em pauta questões relacionadas às minorias oprimidas, com destaque para a população negra. Esses eventos ajudaram a criar as condições necessárias para que a questão étnico-racial fosse abordada a partir de uma perspectiva marxista, considerando as particularidades envolvidas nesse tema.

Portanto, após abordar as noções introdutórias que orientaram este capítulo, o próximo subcapítulo se dedica a uma contextualização sócio-histórica da integração do Serviço Social com a questão étnico-racial. Aqui, será destacada a maneira como a profissão se envolveu e consolidou essa área de conhecimento em seu âmbito.

4.1 Contextualização sócio-histórica do processo de inserção do Serviço Social na questão étnico-racial

O Serviço Social, inserido nas dinâmicas das relações sociais, desempenha um papel crucial na interação institucional entre a burguesia e o proletariado. Essa função histórica da prática profissional evidencia que a origem do Serviço Social no Brasil está imbuída de significados relacionados à estrutura e ao avanço do modo de produção capitalista em sua fase monopolista (Iamamoto Carvalho, 2014).

Sob a perspectiva histórico-crítica, a emergência do Serviço Social no Brasil é moldada por determinações sociais, políticas e econômicas vinculadas ao desenvolvimento das forças produtivas e à manutenção do capital em seu caráter monopolista. Essa inserção é representada da seguinte forma:

[...] um produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social” (Montaño, 2009, p. 30).

Nesse contexto, a profissão surgiu como uma resposta ao controle das diversas manifestações da chamada “questão social,” que ganhou destaque com o tardio processo de industrialização no país. Esse processo gerou uma série de problemas sociais devido à relação conflituosa entre as classes sociais, particularmente entre o capital e o trabalho (Montaño, 2009).

O Serviço Social brasileiro teve suas primeiras manifestações com o advento das leis sociais, que surgiram à medida que o capitalismo se aprofundava na formação econômico-social. Essas leis sociais, marcadas pela regulamentação institucional pela Igreja Católica, serviam como um mecanismo de controle social. Seu objetivo era regular as condições do proletariado com base em princípios de moralidade religiosa (Iamamoto; Carvalho, 2014).

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emendas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento de formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 135).

Historicamente, a introdução do Serviço Social no Brasil está ligada às demandas sociais que surgiram com o agravamento das questões sociais. Essas demandas, como formas de reprodução das desigualdades sociais associadas ao capitalismo, justificaram a intervenção da profissão com base nas leis sociais e na orientação da Igreja Católica. Em essência, essa intervenção profissional serviu inicialmente a grupos e frações específicas das classes dominantes e, subsequentemente, a todo o conjunto das classes dominantes (Iamamoto; Carvalho, 2014).

A principal característica desse processo foi a quase total ausência de demandas provenientes das classes e grupos vulneráveis. Assim, o Serviço Social se institucionalizou no Brasil para apoiar o controle exercido pela tríade Igreja-Estado-Burguesia, refletindo as condições históricas de existência e trabalho do proletariado (Iamamoto; Carvalho, 2014).

Foi a partir desses contextos que começaram a surgir instituições dedicadas à formação de assistentes sociais no Brasil, em resposta à necessidade de uma formação técnica especializada para a prestação de assistência. Na década de 1930, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) foi um dos primeiros a oferecer essa formação. Seu objetivo era aprimorar as atividades de filantropia, integrar as ações sociais promovidas pela Igreja Católica e fortalecer a mobilização do laicato (Iamamoto;

Carvalho, 2014).

Em 1936, impulsionada pelos esforços da ação católica, foi criada a primeira Escola de Serviço Social do Brasil, no estado de São Paulo. Esta fundação surgiu como uma resposta à demanda por formação de quadros para a juventude feminina católica e para os centros operários e círculos de formação para moças. Assim, essa escola pioneira não apenas iniciou a profissão no país, mas também despertou outras preocupações e esforços em torno da formação de assistentes sociais na sociedade brasileira (Iamamoto; Carvalho, 2014).

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), a fundação da Escola de Serviço Social de São Paulo marcou o início de novas demandas advindas diretamente das atividades da ação social católica. Essas novas demandas estavam, em grande parte, relacionadas às instituições que compõem o Estado burguês e sua administração.

Após sua institucionalização, o Serviço Social no Brasil passou por diversas transformações, refletindo as mudanças nas relações sociais ao longo do tempo. Entre essas transformações, o papel do assistente social foi ajustado para lidar com as diversas manifestações da denominada "questão social". Como mencionado por Guerra (2000, p. 18), "[...] o Serviço Social, como uma especialização do trabalho coletivo, fundamenta sua profissionalidade e intervenção na 'questão social'".

Ao colocar a análise da "questão social" como elemento indispensável para emergência e consolidação da profissão, é preciso considerar que as configurações assumidas pelas expressões de pobreza são indissociáveis da exploração da relação capital/trabalho. A pobreza só pode ser explicada pela contradição entre desenvolvimento das forças produtivas, produção social de riqueza e sua apropriação privada. Portanto, produção e reprodução ampliada da riqueza no modo de produção capitalista. São esses pólos constituídos em uma mesma dinâmica (Netto, 2011, p. 153).

Entre as diversas manifestações da "questão social", algumas podem ser identificadas como "[...] frutos das consequências da escravidão e do racismo, que continuam a influenciar as relações e processos gerados pelo capitalismo tardio" (Martins, 2013, p. 14, destaque nosso). As marcas do racismo estrutural têm revelado diferentes formas de expressão da "questão social" na sociedade, ressaltando a necessidade de desenvolver políticas sociais focadas na questão étnico-racial.

Diante desse cenário, e levando em conta o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, é crucial reconhecer o impacto profundo que as estratégias do capitalismo tiveram na sua introdução e desenvolvimento no contexto brasileiro. O Serviço Social emergiu em um contexto de intensas transformações sociais e econômicas, moldado pelas dinâmicas do capitalismo e pela necessidade de manejar as contradições e desigualdades geradas por esse sistema econômico.

Desde seu surgimento, o Serviço Social no Brasil foi estruturado para atender demandas e necessidades específicas que refletiam a lógica do capitalismo, muitas vezes priorizando o controle e a administração das consequências da desigualdade social, ao invés de abordar diretamente as causas estruturais dessas desigualdades. Esse alinhamento com os interesses do capitalismo e da ordem social dominante teve um papel significativo na maneira como a profissão se desenvolveu e se consolidou no país.

Um dos aspectos mais críticos desse desenvolvimento é o silenciamento persistente da questão étnico-racial dentro da prática profissional do Serviço Social. Esse silenciamento não é um fenômeno isolado, mas sim uma manifestação das profundas raízes do racismo estrutural que permeiam a sociedade brasileira. O racismo estrutural, enraizado nas instituições e nas práticas sociais, criou um ambiente em que as questões étnico-raciais foram historicamente minimizadas e negligenciadas, tanto na formulação de políticas quanto na prática profissional.

Além disso, o fato de o Brasil ter sido o último país da América Latina a abolir a escravidão é um fator crucial que contribuiu para a compreensão desse silenciamento. A escravidão deixou um legado duradouro de desigualdade e discriminação, cujas consequências continuam a afetar a sociedade brasileira de maneiras profundas e complexas. A abolição tardia da escravidão não significou, por si só, uma mudança imediata ou completa nas estruturas sociais e econômicas que sustentavam a desigualdade racial. Ao contrário, a transição foi marcada por um processo gradual e muitas vezes incompleto de integração dos ex-escravizados na sociedade, que resultou na perpetuação de práticas discriminatórias e exclusão social.

O Serviço Social, inserido nesse contexto, não pôde evitar ser influenciado por essas dinâmicas. As intervenções realizadas pela profissão muitas vezes foram limitadas por essa estrutura histórica de exclusão e racismo, o que resultou em uma abordagem que muitas vezes falhou em abordar de forma adequada e profunda as questões étnico-raciais. A falta de uma abordagem crítica e consciente sobre o racismo estrutural dentro da prática profissional significa que a profissão não conseguiu, em muitos casos, responder de maneira eficaz às necessidades e desafios específicos enfrentados pela população negra.

Por ser os trabalhadores negros excluídos do acesso aos direitos conquistados e geridos pela lógica da seguridade social, estiveram também distantes do campo de atividade e olhar do Serviço Social. Assim, por estar fora do que estabelece a cidadania regulada, a questão étnico-racial, mesmo quando explicitada no cenário nacional, foi vista e tratada no âmbito exclusivo caso de política. Esta compreensão permite perceber que as dimensões envolvendo a resposta do Estado à “questão social” estão centradas na importância que o trabalho tem dentro da sociabilidade do capital (Netto, 2011, p. 133).

Com isso, a compreensão da “questão social” vinculada ao modelo de seguridade social brasileiro revela de forma clara a luta dos trabalhadores por justiça e equidade.

Esse modelo de seguridade social, que deveria ser um pilar de proteção e apoio para toda a população, na prática muitas vezes não consegue atingir plenamente todos os grupos sociais, especialmente os mais marginalizados. Segundo Martins (2013), essa análise é fundamental para entender por que a questão étnico-racial tem sido sistematicamente marginalizada dentro da prática do Serviço Social.

O modelo de seguridade social brasileiro, ao refletir e reforçar as desigualdades existentes, frequentemente falha em abordar de maneira eficaz as particularidades e necessidades específicas da população negra. Isso ocorre devido a um histórico de silenciamento e invisibilização da questão racial dentro das políticas públicas e práticas profissionais. O Serviço Social, ao atuar na mediação do acesso aos direitos sociais, deveria, em tese, promover a equidade e a justiça social. No entanto, a falta de uma abordagem crítica e consciente da questão étnico-racial dentro da profissão resulta em impactos significativos e muitas vezes negativos para a população negra.

Quando o Serviço Social não integra adequadamente a questão racial em sua prática, ele perpetua as desigualdades e limitações existentes. A atuação do assistente social, que deveria ser uma força para a inclusão e a promoção dos direitos, muitas vezes não consegue abordar os desafios específicos enfrentados pela população negra. Esse desafio é exacerbado pela persistência de preconceitos e estereótipos que influenciam as práticas profissionais e as políticas sociais.

Além disso, a marginalização da questão étnico-racial dentro do Serviço Social não apenas compromete a eficácia das políticas e intervenções, mas também contribui para a perpetuação das desigualdades históricas e estruturais. A falta de uma abordagem crítica e informada sobre o racismo estrutural e a discriminação racial resulta em intervenções que não conseguem resolver, ou até mesmo exacerbam, as desigualdades enfrentadas pela população negra. Isso reforça a necessidade urgente de uma integração mais profunda da questão racial nas práticas e nos debates do Serviço Social.

[...] o afastamento da população negra desses direitos se distanciou do campo de visão e de atuação profissional. Essa constatação, no período que demarca a emergência à reconceitualização da profissão, se constitui em determinação fundante para compreender que o silenciamento foi construído dentro das relações sociais de produção no Brasil. Sem trabalho regulado e sem direitos, o negro viverá na sociedade como um “não-cidadão” e, por isso, sem acesso a direitos trabalhistas e sociais. Essa população viverá entre o caso de polícia e o paternalismo que alimentaram as relações de dominação burguesa. Relações estruturadas por um racismo que embora vivo e atuante camuflou-se no discurso do mito de democracia racial (Martins, 2013, p. 48)

Assim, os aspectos discutidos sobre a população negra e as relações sociorraciais evidenciam as várias narrativas que contribuem para o silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social. Além da invisibilidade dessa população na

garantia de direitos, é necessário considerar o conservadorismo que marcou trajetória da profissão desde sua origem até o Movimento de Reconceituação.

Portanto, foi somente com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina que as bases tradicionais e conservadoras da profissão começaram a ser desafiadas de maneira significativa. Esse movimento, que ganhou força a partir da década de 1960, desempenhou um papel fundamental na reavaliação crítica das práticas profissionais e na promoção de uma abordagem mais científica e reflexiva das relações sociais.

Antes do Movimento de Reconceituação, o Serviço Social estava fortemente alinhado com os paradigmas conservadores e tecnicistas, que frequentemente limitavam a análise crítica das desigualdades sociais e das dinâmicas de poder. A prática profissional estava amplamente voltada para a manutenção da ordem social e a adaptação às normas estabelecidas, o que frequentemente resultava em uma abordagem superficial das complexas questões sociais.

O Movimento de Reconceituação introduziu uma nova perspectiva ao Serviço Social, desafiando as práticas e teorias estabelecidas e promovendo um enfoque mais crítico e revolucionário. Esse movimento incentivou uma análise mais profunda das estruturas sociais e das relações de poder, enfatizando a necessidade de compreender a prática profissional dentro do contexto das desigualdades e das opressões. A partir dessa nova perspectiva, o Serviço Social começou a se distanciar das abordagens meramente adaptativas e começou a adotar uma visão que priorizava a transformação social e a justiça social.

Essa renovação foi crucial para expandir e aprofundar as discussões sobre a questão étnico-racial dentro da profissão. Ao questionar e reformular as bases tradicionais, o Movimento de Reconceituação possibilitou que questões historicamente silenciadas, como as relacionadas ao racismo e às desigualdades étnico-raciais, fossem colocadas em evidência e discutidas de forma mais abrangente. A crítica ao racismo estrutural e às práticas discriminatórias tornou-se uma parte essencial da prática profissional, refletindo um compromisso renovado com a defesa dos direitos humanos e a promoção da equidade.

Além disso, a renovação promovida pelo Movimento de Reconceituação também avançou a cientificidade na análise das relações sociais, incentivando a adoção de métodos e abordagens mais rigorosos e reflexivos. Esse avanço científico contribuiu para uma compreensão mais complexa e matizada das realidades sociais, permitindo aos profissionais de Serviço Social desenvolver estratégias mais eficazes para enfrentar e combater as desigualdades.

Em resumo, o Movimento de Reconceituação não apenas desafiou as bases conservadoras da profissão, mas também abriu novos caminhos para a prática profissional, promovendo um entendimento mais profundo e crítico das questões sociais. A renovação promovida por esse movimento foi um passo fundamental para integrar a questão étnico-racial nas discussões e práticas do Serviço Social, um aspecto que será explorado em maior detalhe no próximo subcapítulo.

4.2 O Projeto Ético-Político do Serviço Social e diretrizes para atuação profissional

Para discutir o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, é fundamental primeiro entender o contexto que levou à criação desse importante referencial ético e político. Isso envolve um exame histórico do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que foi um marco na redefinição das bases de atuação dos assistentes sociais na sociedade. Iniciado na década de 1960, esse movimento de renovação está intimamente ligado às dinâmicas sociais, políticas e econômicas da época. Portanto, é essencial considerar também o contexto internacional, incluindo a situação na América Latina.

Nos quadros da guerra fria, a influência norte-americana tenciona a economia e as artes, a religião e a ciência. Os assistentes sociais não ficaram submersos ou alheios aos desafios dessa quadra histórica sacudiram a poeira do passado e deram radicais giros acadêmicos e técnico-profissionais, por meio de uma notável articulação latino- americana (Iamamoto, 2007, p. 164)

Nesse contexto, os profissionais de Serviço Social na América Latina começaram a se mobilizar para renovar o papel da profissão frente às diversas manifestações da "questão social". No Brasil, as primeiras ações desse movimento emergiram na década de 1970, quando surgiram algumas oportunidades, apesar do regime militar, para avanços científicos e acadêmicos (Netto, 2011).

Esse movimento de renovação, devido à sua abrangência e profundidade, transformou-se em um campo de intenso debate e confronto de ideias, onde múltiplas abordagens teórico-metodológicas foram propostas para fundamentar diferentes perspectivas sobre a prática profissional do assistente social. A diversidade de propostas teóricas refletiu as complexidades e os desafios enfrentados pela profissão em um contexto de transformação social e acadêmica.

A abordagem pioneira que emergiu nesse cenário foi a vertente modernizadora, caracterizada pela adoção das abordagens funcionalistas e estruturalistas. Essa vertente procurou adaptar as práticas do Serviço Social às novas exigências e realidades do mundo contemporâneo, buscando integrar as teorias funcionais, que enfatizam a importância dos sistemas sociais na manutenção da ordem e estabilidade, e as teorias estruturalistas, que analisam as estruturas subjacentes que moldam as relações sociais e as práticas profissionais.

A abordagem modernizadora visava, portanto, uma atualização e reestruturação das práticas do Serviço Social para melhor atender às necessidades emergentes da

sociedade, ao mesmo tempo em que se esforçava para alinhar a profissão com as demandas e expectativas do campo acadêmico e profissional. Contudo, essa perspectiva também foi objeto de críticas, pois, embora buscasse modernizar a prática profissional, era frequentemente acusada de manter um foco

excessivo na adaptação às normas estabelecidas sem considerar profundamente as questões de poder e desigualdade que permeiam as relações sociais.

Além da vertente modernizadora, outras abordagens também surgiram, cada uma oferecendo diferentes interpretações e soluções para os problemas enfrentados pelos assistentes sociais. Algumas dessas abordagens procuraram integrar elementos das teorias críticas, que desafiam as normas e estruturas estabelecidas e buscam entender a prática profissional dentro de contextos de poder e opressão, enquanto outras continuaram a explorar e aplicar as teorias clássicas, tentando conciliar novas exigências com princípios estabelecidos.

A diversidade de abordagens e a competição entre elas refletiram a complexidade e a evolução contínua da profissão, evidenciando a necessidade de um debate crítico e aberto sobre as melhores práticas e teorias para enfrentar as questões sociais contemporâneas. Esse processo de renovação, portanto, não apenas contribuiu para o avanço teórico e metodológico do Serviço Social, mas também desafiou os profissionais a reconsiderar e redefinir suas práticas de forma a melhor atender às demandas sociais e às realidades emergentes.

Outra abordagem que emergiu nesse período, ainda na década de 1970, foi a reatualização do conservadorismo, alinhada com as diretrizes da fenomenologia. Embora apresente semelhanças com a vertente modernizadora, essa perspectiva resgata e reintroduz elementos do "ethos tradicional" da profissão, retornando às raízes do Serviço Social. Nesse contexto, o conservadorismo na prática profissional exigiria apenas aprimoramentos, ou seja, "[...] essa abordagem buscava reatualizar o conservadorismo, integrando-o em uma 'nova proposta', 'aberta' e 'em construção'" (Netto, 2011, p. 203).

A última abordagem desse movimento é a que busca uma ruptura, fundamentada no materialismo histórico-dialético de Karl Marx. Esta vertente representa uma nova fase para o Serviço Social, focada na análise das classes sociais e na crítica ao modo de produção capitalista e sua reprodução nas relações sociais. Com essa abordagem, a profissão adota uma nova perspectiva sobre a sociabilidade humana, incorporando aspectos que antes eram negligenciados ao campo de estudo e à prática profissional.

A partir desse novo olhar, o posicionamento político, o questionamento da prática institucional, as adaptações à realidade brasileira e as necessidades sociais são colocadas como caminhos para conquistar a ruptura com um Serviço

Social tradicional e conservador que atendia a dialética imposta pelo grande capital. Assim, as bases dessa direção inauguram uma nova face à profissão, com caráter opositor à autocracia burguesa, passando a questionar sua vinculação histórica com os interesses do bloco no poder (Silva, 2007, p. 77).

Essas abordagens estabeleceram mecanismos para sua validação dentro do Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Entre esses mecanismos estão os eventos organizados por profissionais para divulgar os fundamentos dessas vertentes, assim, promover a expansão de suas ideias. A intenção de ruptura, que acabou predominando na profissão, passou por momentos cruciais para alcançar essa legitimação (Netto, 2011).

Entre esses momentos importantes, destacam-se: na década de 1970, o Método Belo Horizonte, que promoveu uma transição do conservadorismo por meio de figuras como Ana Maria Quiroga e Vicente de Paula Faleiros; na década de 1980, a consolidação da teoria social crítica nas instituições acadêmicas, com o crescimento dos cursos de graduação e pós-graduação, tendo Marilda Vilela Lamamoto como uma referência central; e, na década de 1990, a ampla divulgação da intenção de ruptura, evidenciada pela atualização do currículo mínimo para a formação em Serviço Social e a introdução de um novo Código de Ética Profissional (Silva, 2007). Portanto,

[...] os avanços da profissão estão articulados ao Movimento de Reconceituação como ponto inicial ao processo de ruptura, mas a renovação profissional do Serviço Social solicita ser analisada pela história das relações sociais. E por isso, deve-se considerar que os caminhos trilhados até a ruptura com as bases tradicionais absorvem, além da conjuntura em tela, as consequências estruturais da colonização brasileira (Silva, 2007, p. 54).

Dentro desse cenário, surge o Projeto Ético-Político do Serviço Social, visando alinhar as práticas profissionais com a dinâmica social vigente. Este projeto se fundamenta em uma abordagem histórica e dialética, estabelecendo um novo direcionamento para a profissão ao desafiar o conservadorismo e a tecnificação da prática do assistente social. Esses desenvolvimentos possibilitam entender que:

O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista [...] a relação do Serviço Social com a questão social

- fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho. Dessa forma, o processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p. 05).

A compreensão destacada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) constitui o núcleo central do Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS) no âmbito da formação profissional. No entanto, diversos outros documentos também atribuem ao PEPSS uma interpretação relacionada aos seus compromissos. Segundo Netto (2011), o núcleo essencial do PEPSS é o

reconhecimento da liberdade como um valor ético, sendo essa liberdade entendida dentro de uma perspectiva histórica e fundamentada na materialidade da vida social.

Portanto, o projeto profissional do Serviço Social, inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, está alinhado com um projeto social mais amplo que busca a construção de uma nova ordem social, livre de dominação e exploração com base em classe, etnia e gênero (Netto, 2011, p. 104).

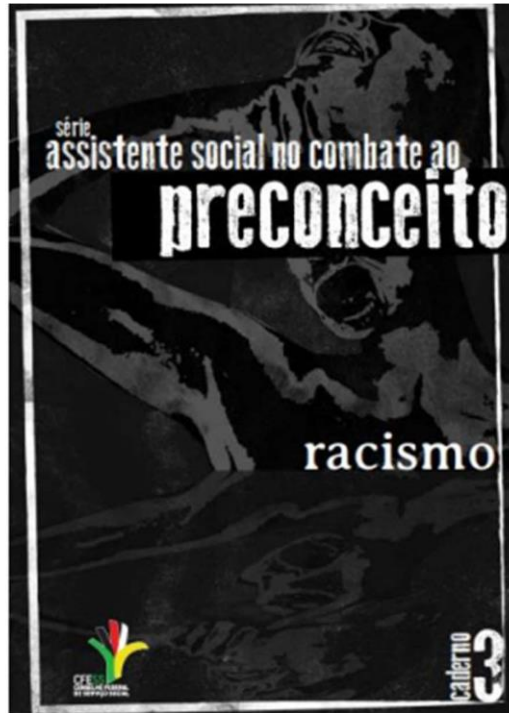
Como resultado, o Serviço Social passou a se empenhar na produção de conhecimento sobre temas historicamente silenciados, como a questão étnico-racial. Um dos primeiros passos dessa abordagem, após a implementação do PEPSS, foi a iniciativa da ABEPSS de incorporar temas étnico-raciais na formação dos assistentes sociais, além de promover a produção acadêmica e a publicação de estudos relacionados a essa temática. Isso ocorreu porque:

A herança colonial presente nos processos formativos das universidades brasileiras, e no caso específico da formação dos assistentes sociais, no papel das entidades da categoria ao se posicionarem favoráveis a importância da inclusão da questão étnico-racial na formação e no exercício profissional do assistente social, a partir de documentos de domínio público, em sites oficiais, nos congressos e encontros da categoria, em um esforço de compreensão da sociedade brasileira (Pereira; Souza, 2020, p. 226).

Nesse sentido, uma das iniciativas voltadas ao debate da questão étnico-racial dentro da profissão foi a criação do Grupo de Trabalho e Pesquisa em Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades da ABEPSS. Este grupo visa explorar e aprimorar as competências e atribuições dos assistentes sociais em relação a esses temas.

Além disso, para integrar a questão étnico-racial nas práticas profissionais dos assistentes sociais, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou diversas campanhas e materiais voltados à educação e ao combate ao racismo. Essas ações visam a defesa dos direitos humanos e a exposição da falácia da democracia racial no Brasil (CFESS, 2011).

Um dos recursos dessas campanhas foi a série produzida pelo CFESS intitulada "Assistente Social no Combate ao Preconceito". Um dos cadernos dessa série aborda o racismo e a questão étnico-racial, conforme ilustrado na capa do caderno que se segue:



Fonte: CFESS (2016)

Caderno 3 da série assistente social no combate ao preconceito

Neste material, ao explorar os conceitos relacionados ao racismo, à questão de raça/etnia, à discriminação racial e à intolerância religiosa, surge a seguinte pergunta quando se destaca a conexão do Serviço Social com essas temáticas: “Qual é a relação dos assistentes sociais com a questão étnico-racial?”. Segundo o CFESS (2016, p. 16):

É no âmbito da defesa de direitos que o profissional de Serviço Social é convocado a intervir. E nesse terreno arenoso da intervenção, constituído de tensões e contradições, o assistente social se defronta com os limites e possibilidades de garantir direitos nos marcos da sociedade de classes. Nesse sentido, faz-se necessária a apreensão crítica acerca dessa realidade e a apropriação de conhecimentos sobre o fenômeno do racismo e de suas expressões na vida social. Esse processo contribuirá para o fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional, sobretudo no que tange à direção política, que busca construir outra sociabilidade, com valores emancipatórios, cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal.

A campanha do CFESS tem como objetivo fornecer suporte à categoria profissional para aprofundar o debate sobre a questão étnico-racial no Serviço Social. Ela enfatiza a importância de uma análise crítica dos impactos do racismo no Brasil, mostrando que muitas das manifestações da "questão social" com as quais os assistentes sociais lidam são frutos do processo histórico de colonização e do racismo estrutural que está profundamente enraizado nas relações sociais da sociedade brasileira.

Além da série produzida pelo CFESS, outro importante mecanismo para integrar a questão étnico-racial ao Serviço Social e fortalecer o Projeto Ético-Político foi a criação da Carta Compromisso da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao

Racismo. Organizada pela ABEPSS em colaboração com o CFESS e osCRESS, essa frente surgiu com o propósito de mobilizar assistentes sociais negros e negras em todo o Brasil, promovendo uma maior presença e influência dessa categoria nos espaços profissionais e acadêmicos. O objetivo é expandir as ações antirracistas tanto na formação quanto na prática profissional dos assistentes sociais.

A Carta Compromisso estabelece uma série de diretrizes fundamentais para orientar a atuação da profissão em relação ao racismo estrutural. Ela enfatiza a necessidade de incorporar práticas antirracistas nas políticas e diretrizes da profissão, garantindo que todos os aspectos do trabalho dos assistentes sociais estejam alinhados com princípios de justiça racial e equidade. Também destaca a importância de desenvolver e implementar programas de capacitação contínua que abordem questões de raça e etnia, preparando os profissionais para enfrentar e combater o racismo nas diversas esferas de atuação.

A carta promove a visibilidade e a representatividade de assistentes sociais negros e negras nas estruturas de decisão e nos espaços de debate, assegurando que suas vozes e experiências sejam reconhecidas e integradas na formulação das políticas profissionais. Além disso, orienta a implementação de iniciativas concretas e sustentáveis para combater o racismo em todas as suas formas dentro da profissão, incluindo campanhas educativas e ações de sensibilização. Outro aspecto crucial é o fortalecimento de redes de apoio e solidariedade entre os profissionais, especialmente aqueles que enfrentam discriminação racial, criando um ambiente profissional mais inclusivo e respeitoso.

Assim, a criação da Carta Compromisso e a atuação da Frente Nacional são passos fundamentais para garantir que o Serviço Social enfrente de maneira eficaz as desigualdades raciais e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. De acordo com a carta, a frente pauta-se sobre:

[...] a necessidade da defesa do atual Projeto Ético-Político do Serviço Social em sua radicalidade. E, se compreendemos que a emancipação humana é para todos os povos, é necessário apoiar a sua autodeterminação e resistência às mais variadas formas de violência e violação de direitos da população negra, indígena, quilombola e periférica, com base no princípio de superação desta sociedade rumo à construção de um mundo onde esta resistência não se faça mais necessária (CFESS, 2022, s. p.).

A Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo orienta suas ações com base nas diretrizes estabelecidas pela Lei de Regulamentação do Serviço Social, pelo Código de Ética de 1993, pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), e pelo documento “Subsídios para o Debate da Questão Étnico-Racial para a Formação do Serviço Social” (2018). Essas diretrizes, junto com outras iniciativas promovidas pelos Conselhos Regionais de Serviço Social, visam fomentar a discussão e a atuação antirracista dentro da profissão e em diversos contextos sociais.

Este movimento é relativamente recente e ganhou força após a integração do Serviço Social com a teoria social crítica e a implementação do Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS). Apesar dos esforços contínuos da categoria para promover debates sobre a questão étnico-racial, a consolidação das diretrizes enfrenta desafios significativos. Esses desafios não se devem a uma falta de comprometimento da profissão, mas sim ao silenciamento histórico da questão étnico-racial, que foi perpetuado pela estrutura social, política e econômica do Brasil desde o período colonial até os dias atuais.

Portanto, é fundamental desenvolver e implementar estratégias contínuas para promover e consolidar o debate sobre a questão étnico-racial dentro do Serviço Social. Esse debate deve englobar tanto a formação acadêmica quanto a prática profissional. A defesa consistente dos princípios estabelecidos pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS) é essencial para assegurar que esses princípios sejam respeitados e aplicados em sua totalidade. É importante reconhecer que as competências dos assistentes sociais em relação à questão étnico-racial estão profundamente ligadas às lutas antirracistas enfrentadas no cotidiano da prática profissional.

Essas estratégias devem abranger uma revisão e aprimoramento contínuos dos currículos acadêmicos, incorporando discussões e práticas que abordem a questão étnico-racial de forma integral. Além disso, é necessário promover uma conscientização crítica e uma formação que prepare os profissionais para enfrentar e combater o racismo estrutural e institucional no exercício de suas funções. Assim, a atuação dos assistentes sociais não apenas refletirá os princípios do PEPSS, mas também contribuirá para uma transformação mais ampla na sociedade, alinhada com os valores de justiça social e igualdade.

5. CONCLUSÃO

A partir dos estudos para o presente trabalho, tenho mais certeza da necessidade de desenvolvimento teórico e prático da luta antirracista. Apesar de sermos uma categoria historicamente de luta, ainda vemos na nossa estrutura de formação que o debate racial segue sendo secundarizado. Tal argumento se evidencia quando observa-se que apesar de existir uma matéria no currículo do cursode Serviço Social da UFSC que aborde a temática étnico-racial, ela segue sendo apenas uma e não obrigatória.

Dados do IBGE apontam que o perfil principal que busca as políticas de assistência são as mulheres negras, considerando esses dados é importante refletir sobre qual é o incomodo incessante da branquitude que insiste em não se lettrar na luta antirracista.

Essa deficiência na nossa formação acadêmica se reflete na esfera profissional na nossa formação continuada, uma vez que a temática não é abordada de forma consistente e permanente na grade curricular, quais serão os profissionais que por vontade própria se debruçarão sobre o assunto e farão da luta antirracista uma prioridade para construção de um novo projeto de sociedade? Isso por que:

Numa sociedade que se sustenta sobre os pilares do mito da democracia racial, a condição étnico-racial, que historicamente sempre foi utilizada como mecanismo de seleção e exclusão, aparece como elemento secundário nos estudos e pesquisas acadêmicas, bem como nas propostas e elaboração de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das injustiças sociais. Vê-se que em todas as dimensões da vida social, seja expectativa de vida, no acesso à educação e na inserção no mundo do trabalho, a população negra aparece como segmento social mais suscetível a discriminação (Rocha, 2011, p. 04).

No primeiro momento do trabalho concluiu-se que, a formação sócio-histórica do Brasil é marcada por uma trajetória de exploração e resistência. A persistência das desigualdades sociais e raciais, mesmo após marcos históricos como a abolição da escravidão e a redemocratização, evidencia a necessidade contínua de luta por justiça e inclusão. Os estudos de Moura, Davis, Almeida e Gonzalez forneceram uma compreensão mais profunda das forças que moldaram a sociedade brasileira e destacam a importância da resistência cultural e política na construção de uma identidade nacional mais justa e igualitária.

Em seguida, explorei as consequências do racismo estrutural na sociedade brasileira atual, com foco particular nas desigualdades materiais que afetam as condições de vida de pessoas negras e brancas. Para isso, foram utilizadas estatísticas que evidenciam essas disparidades e como elas se originam do racismo que está profundamente enraizado nas estruturas sociais e econômicas do país.

Elaborei como o mito da democracia racial e a ideologia da meritocracia desempenham papéis cruciais na minimização e invisibilização do racismo como elemento estruturante da Questão Social.

Essas crenças não apenas contribuem para a perpetuação da desigualdade, mas também naturalizam a subalternização das populações negras, ocultando as verdadeiras condições de vida e trabalho enfrentadas por essas comunidades. Ao longo deste capítulo, é analisado como essas ideologias distorcem a realidade e impedem a implementação de soluções eficazes para enfrentar o racismo estrutural e suas consequências.

Por fim, examino como o Serviço Social pode e deve se posicionar criticamente frente a essas heranças históricas, refletindo sobre os desafios e responsabilidades da profissão na construção de um conhecimento e intervenção voltados à defesa do projeto emancipatório para população.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social. Vitória: Espírito Santo, 2018. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.
- Almeida, S. (2019). **O que é racismo estrutural**. Letramento.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019
- ALMEIDA, Wagner Luíz de; PAULA, José Luis Oliveira de. Sobre a adoção da escravidão africana no Brasil. CES Revista online. p.251-271. Juiz de Fora, 2006. Disponível em: https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2006/escravidao_africana_no_brasil.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.
- BRASIL. (2017). **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Ministério da Saúde.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen. Junho/2017. 74 p.
- Carvalho, J. J. (2005). **Saúde e desigualdade racial no Brasil**. In: **Revista de Saúde Pública**, 39(4), 695-703.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Manifesto CFESS, ABEPSS e CHADAREVIAN, Pedro Caldas. Os precursores da interpretação marxista do problema racial. Blog Marxismo 21 [online], 2006. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/APedro-Ch.doc>. Acesso em: 10 jul. 2024
- CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. En: Crítica y emancipación : **Revista latino-americana de Serviço Sociais**. Año 1, no. 1 (jun. 2008). Buenos Aires: CLACSO, 2008.
- DAVIS Angela. **Mulheres, Raça & Classe** New York: Random House, 1981. ENESSO. Brasília: DF, CFESS, 2011.
- Duarte, A., & Silva, M. (2018). **Impacto das cotas raciais nas universidades federais: Avanços e desafios**. In: **Educação e Sociedade**, 39(145), 231-245.
- Fernandes, F. (1978). **A integração do negro na sociedade de classes**. Ática.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça "branca"**. vol.1, 5.ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 1974. FERNANDES, Florestan. **A Sociedade Escravista no Brasil**. 1976
- GONZALES, Lélia. O Movimento Negro na Última Década. 1982. Acessado em <https://memoriafeminista.com.br/lelia-gonzalez-acervo-textual/o-movimento-negro-na-ultima-decada/>
- GONZALES, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- GONZALES, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. 1984
- GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 62, ano XX, p. 05-34, 2000
- GUIMARÃES, A. S. G. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. In: CEBRAP, Hanchard, M. (2001). **Orfeu e o poder: O movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. EdUERJ.
- Hanchard, M. (2020). **A Transnational Struggle for Racial Justice: Lessons from Black Lives Matter**. In: **Journal of Global History**, 15(1), 91-104. https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2006/escravidao_africana_no_brasil.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 33 ed. São Paulo: Cortez, 2014⁵⁵

IANNI, O. A questão racial no Brasil. In: LOVELL, P (Org.). **Desigualdades Sociais no Brasil Contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG, 1991.

IANNI, O. **Raça e classe no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

IBGE (2019). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas. Informação -12. IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil Socioeconômica, n.41, p. 1-12. IBGE, 2019a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de Gênero:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2017. Rio de Janeiro, IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2017. Rio de Janeiro, IBGE, 2019b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição. Realização: Diretoria de Estudos Sociais (Disoc). Brasília, IPEA, 2008. Disponível em:
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4729/1/Comunicado_n4_Desigualdade.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 1ª ed. - Brasília: Ipea, 2003. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=664. Acesso em: 10 jul. 2024.

IPEA (2020). **Atlas da violência 2020**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo; MEDEIROS, Richelly Barbosa de. Racismo estrutural e desafios dos movimentos negros na contemporaneidade. In: **Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público**. Org. Epitácio Macário, et al. Fortaleza: UECE, 2018.

MARTINS, T. C. S. Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil. Tese (Doutorado em Serviço Social). 276f. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2012.

MARTINS, T. C. S. Racismo, “Questão Social” e Serviço Social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. In: **Revista Inscrita**, n. 14: Recife, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro primeiro, v. 1. Trad. Regional Sant’ Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOURA Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro** São Paulo: Anita Garibaldi, 1988

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. Ática, São Paulo, 1989

Munanga, K. (2003). **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Vozes.

Munanga, K. (2004). **A invisibilidade do negro na cultura popular brasileira**. In: **Cadernos de Pesquisa**, 118, 19-31.

Nascimento, A. (1989). **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. Paz e Terra.

NETTO José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Revista Novos Estudos. Nº 54. Julho de 1999.
<https://www.pragmatismopolitico.com.br/wp-content/uploads/2018/11/GUIMARAESRa%C3%A7a-e-os-estudos-de-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-no-Brasil.pdf>

ROCHA, R. F. A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios.

SANTOS, B. S. (2013). **Racismo e cidadania**. Cortez.

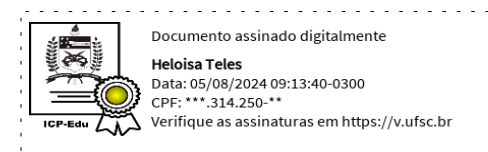
- SCHWARCZ, L. M. (2019). **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Companhia das Letras.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço Social e o popular resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007
- SILVÉRIO, V. R. (2002). **A educação e as desigualdades raciais no Brasil**. Papirus.
- SOUZA, J. (2017). **A elite do atraso: Da escravidão à Lava Jato**. LeYa.
- WERNECK, J. (2016). **Ações afirmativas: Reparação histórica e inclusão social**. In: **Revista Estudos Avançados**, 30(88), 43-60.

Beatriz Kauling Gatti

Do Racismo Estrutural Às Desigualdades Sociais: O Serviço Social Na Luta Antirracista

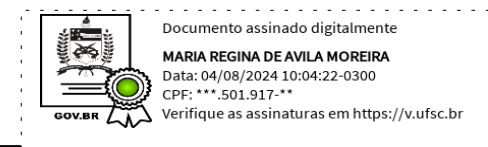
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel(a) e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social

Florianópolis, 01 de agosto de 2024.



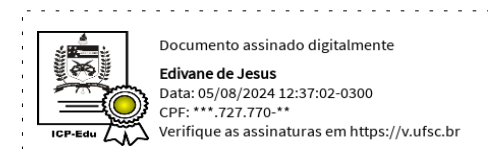
Coordenação do Curso

Banca examinadora



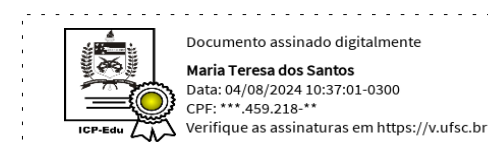
Prof.(a) Maria Regina De Avila Moreira, Dr.(a)

Orientador(a)



Prof.(a) Edivane de Jesus, Dr.(a)

UFSC



Prof.(a) Maria Teresa Dos Santos, Dr.(a)

UFSC

Florianópolis, 2024.